



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Ministérios das Relações Exteriores e do Comércio

Despacho Conjunto n.º 2213/15:

Dá por finda comissão de serviço que António Joaquim da Cruz Lima vinha exercendo no cargo de Representante Comercial de Angola junto da Confederação Helvética/Suíça e Representante Permanente-Adjunto para as Questões Económicas e Comerciais junto às Instituições Internacionais em Genebra (OMC, CNUCED e CCI).

Despacho Conjunto n.º 2214/15:

Nomeia Francisco do Prado Farmhouse para as funções de Adido Comercial de Angola junto da Confederação Helvética/Suíça e Representante Permanente-Adjunto para as Questões Económicas e Comerciais junto às Instituições Internacionais em Genebra (OMC, CNUCED e CCI), com estatuto diplomático de Ministro Conselheiro.

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 2215/15:

Exonera Alice Ventura da Silva, Alice Isaura, Domingos Pereira Júnior, Domingas Cabaça Bartolomeu, Fernanda de Lurdes Agostinho, Guilhermina Palhares dos Santos, Maria Mateus João Pedro, Rosa António Manuel, Teresa Kumbo, Vasco Jorge Manuel, António Francisco de Oliveira, Eduardo Soloca, Maria da Conceição Ambriz, Geraldo João José Inácio, Nzuzi Manuel André e Maria Manuela G.M. Alves e extingue a relação jurídica laboral com esse Ministério.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 2216/15:

Altera o nome de Áuria Cláudia João Augusto para Quéria Cláudia João Augusto.

Ministério das Pescas

Despacho n.º 2217/15:

Cessa a comissão de serviço que Maria Angelica Augusto vinha exercendo no cargo de Directora Geral-Adjunta para Área Técnica do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura.

Despacho n.º 2218/15:

Nomeia Cavungo Lombo para o cargo de Chefe de Departamento da Pesca Artesanal Marítima do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal.

Despacho n.º 2219/15:

Nomeia Rosa Cutxi Eduardo Filipe Ganda para o cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal.

Despacho n.º 2220/15:

Nomeia Pedro Afonso Kingombo para o cargo de Chefe de Departamento de Estatística do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal.

Despacho n.º 2221/15:

Nomeia Virgílio Narciso Avelino Estêvão para o cargo de Chefe de Departamento de Biologia e Conservação dos Recursos Marinhos do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira.

Despacho n.º 2222/15:

Nomeia Ana Paula Ferreira de Sousa Correia para o cargo de Chefe de Departamento de Planeamento do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério.

Despacho n.º 2223/15:

Nomeia Paulo André de Sousa Coelho para o cargo de Chefe de Departamento de Oceanografia e Saúde de Ecossistema Marinho do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira.

Despacho n.º 2224/15:

Nomeia António de Sousa Mbondo para o cargo de Chefe do Centro de Documentação e Informação da Secretaria Geral deste Ministério.

Despacho n.º 2225/15:

Nomeia Helder Josefo David Sebastião para o cargo de Chefe do Centro de Formação e Capacitação para a Indústria da Pesca do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica.

Despacho n.º 2226/15:

Nomeia Júlia Airosa Ferreira para o cargo de Chefe de Departamento de Estudos e Estatística do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério.

Despacho n.º 2227/15:

Nomeia José Domingos Pontes António para o cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica.

Despacho n.º 2228/15:

Nomeia Manuel Francisco Jicula para o cargo de Chefe de Departamento de Monitoramento e Controlo do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério.

Despacho n.º 2229/15:

Nomeia Valdemar Buta Ferreira Pinto para o cargo de Chefe de Departamento de Monitorização da Qualidade do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica.

Despacho n.º 2230/15:

Nomeia Esperança Domingos Faria Mendes de Carvalho para o cargo de Chefe de Departamento de Investigação Tecnológica dos Produtos da Pesca e da Aquicultura do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica.

Despacho n.º 2231/15:

Nomeia Nsalambi Nsenga Celestina André para o cargo de Coordenadora da Comissão Nacional da Iodização do Sal.

Despacho n.º 2232/15:

Nomeia Pascoal António Carlos para o cargo de Chefe de Departamento de Instrução Processual do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2233/15:

Nomeia Manuel dos Prazeres Braz da Paixão e Silva para o cargo de Chefe de Departamento de Monitorização Contínua das Actividades de Pesca do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2234/15:

Nomeia José António de Jesus Goldschmidt da Silva para o cargo de Chefe de Departamento de Asseguramento Técnico e Manutenção do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2235/15:

Nomeia João Agostinho Mulheipo para o cargo de Chefe de Departamento de Frota, Operações e Económico do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2236/15:

Nomeia Francisco Assis Fernandes da Fonseca para o cargo de Chefe de Departamento de Apoio ao Director Geral do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2237/15:

Nomeia Domingos João Pacavira Quinga para o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2238/15:

Nomeia Arminda Francisco Gaspar Cosme para o cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Despacho n.º 2239/15:

Nomeia Altino Malheiros José Carlos para o cargo de Chefe de Departamento de Inspeção e Fiscalização do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura.

Ministério do Comércio**Despacho n.º 2240/15:**

Dá por finda a comissão de serviço que Francisco Prado Farmhouse vinha exercendo no cargo de Consultor da Ministra para o Intercâmbio.

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação**Despacho n.º 2241/15:**

Exonera Luísa de Freitas Bernardo Augusto do cargo de Directora-Adjunta para Área Administrativa e Financeira do Centro Nacional das Tecnologias de Informação — CNTI deste Ministério.

Despacho n.º 2242/15:

Nomeia Leonor Soares Henriques para o cargo de Directora-Adjunta para Área Administrativa e Financeira, do Centro Nacional das Tecnologias de Informação — CNTI deste Ministério.

Despacho n.º 2243/15:

Nomeia Juliana Luzolo Ngundo para as funções de Chefe de Departamento de Fomento da Sociedade de Informação, do Centro Nacional das Tecnologias de Informação — CNTI deste Ministério.

Ministério da Ciência e Tecnologia**Despacho n.º 2244/15:**

Dá por finda a Licença Registada concedida a Olga Julieta Lembo Chipeio, Aspirante, colocada na Direcção Nacional de Regulação e Transferência de Tecnologia.

Despacho n.º 2245/15:

Desvincula Juliana Nadir Cunha de Oliveira da Cunha, Escriturária -Dactilógrafa, colocada no Centro Tecnológico Nacional, do quadro de pessoal deste Ministério.

Despacho n.º 2246/15:

Concede Licença Ilimitada a Rita Miguel João Muhongo, Técnica Média de 1.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Espalhamento e Licenciamento das Instituições de Investigação Científica, Desenvolvimento e Inovação, deste Ministério, por um período de um (1) ano.

Governo Provincial de Benguela**Despacho n.º 2247/15:**

Desvincula Rosinha Cassova, Operária não Qualificada de 1.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2248/15:

Desvincula Filomena Natchissey, Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2249/15:

Desvincula Manuel Sequeira Franco, Escriturário-Dactilógrafo, colocado na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2250/15:

Desvincula Adelina Kambinja, Operária não Qualificada de 2.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2251/15:

Desvincula Maurícia Albino, Operária Qualificada de 1.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2252/15:

Desvincula Augusto Nhime, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, colocado na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2253/15:

Desvincula Damião Tchipa, Operário Qualificado de 2.ª Classe, colocado na Administração Municipal de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2254/15:

Desvincula Ernesto Ngueta, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, colocado na Escola do 1.º Nível da Catála, no Município da Garda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2255/15:

Desvincula Gabriel Cuquila, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 4.º Escalão, colocado na Coordenação Escolar Comunal do Egão Praia, no Município do Lobito, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2256/15:

Desvincula Marcos Nguto, Professor Primário Auxiliar do 3.º Escalão, colocado na Escola do 1.º Nível da Catála, no Município da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2257/15:

Desvincula Cardoso Pedro, Professor do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, colocado na Coordenação Escolar da Zona E/F, no Município de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2258/15:

Desvincula Maria João Brandão, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, colocada na Repartição Municipal de Educação do Balombo, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2259/15:

Desvincula Isabel Napomba, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, colocada na Escola do 1.º Nível Rei Mandume, no Município da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2260/15:

Desvincula Guilherme Tito, Auxiliar de Limpeza Principal, colocado na Repartição Municipal de Educação do Balombo, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 2261/15:

Desvincula António Emiliano Camuele, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, colocado na Escola do 1.º Nível 11 de Novembro, no Município da Baía Farta, para efeitos de aposentação.

MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DO COMÉRCIO

Despacho Conjunto n.º 2213/15 de 26 de Março

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto n.º 35/02, de 28 de Junho, determinam:

1. É dada por finda a comissão de serviço que António Joaquim da Cruz Lima vinha exercendo no cargo de Representante Comercial de Angola junto da Confederação Helvética/Suíça e Representante Permanente-Adjunto para as Questões Económicas e Comerciais junto às Instituições Internacionais em Genebra (OMC, CNUCED e CCI), para o qual havia sido nomeado por Despacho Conjunto n.º 451/14, de 19 de Junho, dos Ministros do Comércio e das Relações Exteriores.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 11 de Março de 2015.

O Ministro das Relações Exteriores, *Georges Rebelo Pinto Chikoti*.

A Ministra do Comércio, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho Conjunto n.º 2214/15 de 26 de Março

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto n.º 35/02, de 28 de Junho, determinam:

1. É Francisco do Prado Farmhouse nomeado para, em comissão de serviço, exercer as funções de Adido Comercial de Angola junto da Confederação Helvética/Suíça e Representante Permanente-Adjunto para as Questões Económicas e Comerciais junto às Instituições Internacionais em Genebra (OMC, CNUCED e CCI), com estatuto diplomático de Ministro Conselheiro.

2. A Embaixada da República de Angola deverá formalizar a acreditação do Adido Comercial junto dos Órgãos e Organismos Oficiais do Estado acreditador.

3. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Março de 2015.

O Ministro das Relações Exteriores, *Georges Rebelo Pinto Chikoti*.

A Ministra do Comércio, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 2215/15 de 26 de Março

Havendo necessidade de se dar por finda a relação jurídica laboral, por razões de reforma por velhice nos termos do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho e, em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho e alínea I) do artigo 15.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, determino:

1.º — São exonerados os funcionários abaixo mencionados e, a consequentemente extinção da relação jurídica laboral com o Ministério da Defesa Nacional:

1. Alice Ventura da Silva;
2. Alice Isaura;
3. Domingos Pereira Júnior;
4. Domingas Cabaça Bartolomeu;
5. Fernanda de Lurdes Agostinho;
6. Guilhermina Palhares dos Santos;
7. Maria Mateus João Pedro;
8. Rosa António Manuel;
9. Teresa Kumbo;
10. Vasco Jorge Manuel;
11. António Francisco de Oliveira;
12. Eduardo Soloca;
13. Maria da Conceição Ambriz;
14. Geraldo João José Inácio;
15. Nzuzi Manuel André;
16. Maria Manuela G. M. Alves.

2.º — Fica encarregue a Direcção Nacional de Recursos Humanos de desencadear os respectivos procedimentos administrativos, junto do Instituto Nacional de Segurança Social, para os efeitos achados pertinentes.

3.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Março de 2014.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho n.º 2216/15
de 26 de Março

Tendo Áuria Cláudia João Augusto solicitado a alteração de seu nome para Quéria Cláudia João Augusto, ao abrigo do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil;

Organizado e instruído o processo, nos termos do artigo 131.º do Código do Registo Civil, conjugado com o disposto no artigo 370.º do mesmo Código e ao abrigo do Despacho n.º 846/13, de 1 de Abril, do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É alterado o nome de Áuria Cláudia João Augusto, nascida aos 30 de Março de 1983, no Município da Samba, Província de Luanda, filha de Ernestino Augusto e de Teresa João, para Quéria Cláudia João Augusto, nos termos do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Fevereiro de 2015.

A Secretária de Estado da Justiça, *Maria Isabel Fernandes Tormenta dos Santos*.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Despacho n.º 2217/15
de 26 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril, determino:

Cessa a comissão de serviço que Maria Angelica Augusto vinha exercendo no cargo de Directora Geral-Adjunta para Área Técnica do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura, para o qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 43/13, de 5 de Fevereiro, da Ministra das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2218/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do

Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril, determino:

É Cavungo Lombo, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento da Pesca Artesanal Marítima do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2219/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril, determino:

É Rosa Cutxi Eduardo Filipe Ganda, Psicóloga, nomeada para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2220/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril, determino:

É Pedro Afonso Kingombo, 1.º Assessor, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Estatística do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2221/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Virgílio Narciso Avelino Estêvão nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo Chefe de Departamento de Biologia e Conservação dos Recursos Marinhos do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2222/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Ana Paula Ferreira de Sousa Correia, Licenciada em Gestão de Empresas, nomeada para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Planeamento do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério das Pescas da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2223/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Paulo André de Sousa Coelho nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo Chefe de Departamento de Oceanografia e Saúde do Ecossistema Marinho do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2224/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É António de Sousa Mbondo, Técnico Médio de Topografia, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe do Centro de Documentação e Informação da Secretaria Geral do Ministério das Pescas da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2225/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Hélder Josefo David Sebastião nomeado para, em comissão ordinária de serviço exercer o cargo Chefe do Centro de Formação e Capacitação para a Indústria da Pesca do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2226/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Júlia Airosa Ferreira, Bióloga, nomeada para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Estudos e Estatística do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério das Pescas da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2227/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É José Domingos Pontes António, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo Chefe de Departamento de Recursos Humanos e das Tecnologias de Informação do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2228/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14 de 25 de Abril, determino:

É Manuel Francisco Jicula nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Monitoramento e Controlo do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério das Pescas da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2229/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Valdemar Buta Ferreira Pinto, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo Chefe de Departamento de Monitorização da Qualidade do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2230/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Esperança Domingos Faria Mendes de Carvalho, Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo Chefe de Departamento de Investigação Tecnológica dos Produtos da Pesca e da Aquicultura do Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2231/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Nsalambi Nsenga Celestina André nomeada Coordenadora da Comissão Nacional de Iodização do Sal da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2232/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Pascoal António Carlos, Jurista, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Instrução Processual do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2233/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Manuel dos Prazeres Braz da Paixão e Silva, Técnico Médio de 3.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Monitorização Contínua das Actividades de Pesca do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2234/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É José António de Jesus Goldschmidt da Silva, Subinspector Principal de 1.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Asseguramento Técnico e Manutenção do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2235/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É João Agostinho Mulheipo, Subinspector Principal de 2.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Frota, Operações e Económico do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2236/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Francisco Assis Fernandes da Fonseca, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Apoio ao Director Geral do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2237/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Domingos João Pacavira Quinga, Bacharel em Gestão de Empresas, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Serviços Gerais do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2238/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Arminda Francisco Gaspar Cosme, Jurista, nomeada para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos e Tecnologias de Informação do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

Despacho n.º 2239/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

É Altino Malheiros José Carlos, Subinspector de 1.ª Classe, nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento de Inspeção e Fiscalização do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 2240/15
de 26 de Março

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que Francisco Prado Farmhouse vinha exercendo no cargo de Consultor da Ministra para o Intercâmbio, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 5227/14, de 15 de Dezembro, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Março de 2015.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 2241/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Luísa de Freitas Bernardo Augusto exonerada do cargo de Directora-Adjunta para Área Administrativa e Financeira, do Centro Nacional das Tecnologias de Informação — CNTI do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, para o qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 034/15, de 2 de Fevereiro.

2.º — Este Despacho Interno entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2015.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 2242/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Leonor Soares Henriques nomeada em comissão de serviço para exercer o cargo de Directora-Adjunta para Área Administrativa e Financeira, do Centro Nacional das Tecnologias de Informação — CNTI do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação.

2.º — Este Despacho Interno entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2015.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 2243/15
de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Juliãna Luzolo Ngundo nomeada em comissão de serviço para exercer as funções de Chefe de Departamento de Fomento da Sociedade de Informação, do Centro Nacional das Tecnologias de Informação — CNTI do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação.

2.º — Este Despacho Interno entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2015.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Despacho n.º 2244/15 de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, determino:

1. É dada por finda a Licença Registada concedida a Julieta Lembo Chipeio, funcionária do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a categoria de Aspirante, para a qual havia sido autorizada por Despacho n.º 143/13, de 30 de Dezembro, sendo colocada na Direcção Nacional de Regulação e Transferência de Tecnologia.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2015.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 2245/15 de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, determino:

1. É Juliana Nadir Cunha de Oliveira da Cunha, com a categoria de Escriturária-Dactilógrafa, colocada no Centro Tecnológico Nacional, a seu pedido, desvinculada do quadro pessoal do Ministério da Ciência e Tecnologia.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 12 de Março de 2015.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 2246/15 de 26 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, determino:

1. É concedida a Licença Ilimitada a Rita Miguel João Muhongo, funcionária do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a categoria de Técnica Média de 1.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Expansão e Licenciamento das Instituições de Investigação Científica, Desenvolvimento e Inovação, do Ministério da Ciência e Tecnologia, por um período de um (1) ano, a partir de 1 de Abril de 2015.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 17 de Março de 2015.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 2247/15 de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Rosinha Cassova, Agente n.º 05646340, Operária não Qualificada de 1.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2248/15 de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Filomena Natchissey, Agente n.º 05644044, Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2249/15 de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1,

do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Manuel Sequeira Francô, Agente n.º 05645463, Escriurário-Dactilógrafo, colocado na Administração Municipal de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2250/15
de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Adelina Kambinja, Agente n.º 06438476, Operária não Qualificada de 2.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2251/15
de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Maurícia Albino, Agente n.º 06434981, Operária Qualificada de 1.ª Classe, colocada na Administração Municipal de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2252/15
de 26 de Março

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Augusto Nhime, Agente n.º 11524479, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, colocado na Administração Municipal de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2253/15
de 26 de Março

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Damião TChipa, Agente n.º 06419289, Operário Qualificado de 2.ª Classe, colocado na Administração Municipal de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2254/15
de 26 de Março

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Ernesto Ngueta, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, Agente n.º 05595080, colocado na Escola do 1 Nível da Catala, no Município da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2255/15
de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Gabriel Cuquila, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 4.º Escalão, Agente n.º 08073866, colocado na Coordenação Escolar Comunal do Egito Praia, no Município do Lobito, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2256/15
de 26 de Março

A requerimento do funcionário ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1,

do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Marcos Nguto, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 3.º Escalão, Agente n.º 08088129, colocado na Escola do 1 Nível da Catala, no Município da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2257/15
de 26 de Março

A requerimento do o ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Cardoso Pedro, Professor do 1 Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, Agente n.º 06484460, colocado na Coordenação Escolar da Zona E/F, no Município de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2258/15
de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º

da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Maria João Brandão, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 12066375, colocada na Repartição Municipal de Educação do Balombo, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2259/15
de 26 de Março

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Isabel Napomba, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 05596836, colocada na Escola do I Nível Rei Mandume, no Município da Ganda, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2260/15
de 26 de Março

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos

para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Guilherme Tito, Auxiliar de Limpeza Primária, Agente n.º 08081009, colocado na Repartição Municipal de Educação do Balombo, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 2261/15
de 26 de Março

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, I série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, I série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É António Emiliano Camuele, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, Agente n.º 05604211, colocado na Escola do I Nível II de Novembro, no Município da Baía Farta, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 31 de Dezembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.